



Associação Conquistas da Revolução

Nº 11 | AGOSTO 2015

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

INTERVIR E VOTAR POR ABRIL

No meio das dificuldades, da pobreza e do isolamento, ergue-se a luta dos trabalhadores e do povo contra a ignomínia, o roubo e a corrupção acentuada. Ao homenagearmos Vasco Gonçalves, que foi o primeiro primeiro-ministro dos trabalhadores, da classe operária e das populações até então desfavorecidas, ergueram-se palavras certas e a convicção de que resistiremos e iremos continuar em frente, rumo a Portugal com futuro.

Em 19 de Junho assinalámos o 40º aniversário da Nacionalização da CUF, no Barreiro. Ao evocarmos Michel Giacometti em Peroguarda, também em Junho deste ano, o cante alentejano ergueu-se na matriz do que ele sempre defendeu, a nossa identidade, a nossa cultura e a nossa integridade de povo com história, com raízes e opções claras pela democracia, pela justiça e pela igualdade de todos para todos os que têm dificuldades.

Os trabalhadores conscientes e combativos, a classe operária, os que nunca desistiram nem desistem, os que não voltam a cara à participação activa, os

03 | *Os Mitos Urbanos.*

04 | *Juventude trabalhadora exige mudança de política.*

06 | *Próximas Iniciativas.*

07 | *40 anos da Constituição de Abril.*

08 | *Quão militares? Quão funcionários?*

10 | *Assim vai o Mundo...*

12 | *Por Abril! É hora de mudar de Governo e de Política.*

PRÓXIMAS INICIATIVAS - NOVEMBRO:

• **ALMADA** - Iniciativa sobre Descolonização com a participação de militares e civis que estiveram envolvidos nesta Conquista da Revolução.

• **SETÚBAL** - Evocação de Michel Giacometti.

sindicalistas honrados que combatem os patrões, a exploração e a humilhação que gostariam de impor, aí estão a preparar o que tem de ser diferente, o que tem de rasgar pactos velhos e novos que PSD/CDS e PS levaram e querem levar a cabo, em centrões já tão conhecidos e destruidores da nossa vida e da nosso futuro.

Este é um ano que não quer meias palavras, promessas e mentiras eleitoralistas, sorrisos falsos, traições à mistura com discursos obtusos ou propagandísticos. Este é o ano de luta decisiva pelo 25 de Abril e pelo que somos e queremos ser, na identidade e na firmeza de um povo que tem uma saída para dívidas e mais dívidas, para sacrifícios e juros que já significaram a ruína de muitos sonhos e a partida de centenas de milhares dos mais jovens, dos que estão formados à custa do Estado e das famílias e poderiam ser base principal do que é necessário criar e produzir.

Independência, identidade, transformação do que apodrece, na afirmação corajosa de fazer diferente, de mudar, de votar certo e consciente, de estar nas ruas, nas empresas, no trabalho e na vida de corpo inteiro, com orgulho do que somos e queremos ser, portugueses guardadores e impulsionadores de um destino nosso, que seja novo e livre.

É isso que queremos e merecemos, para pôr fim ao desastre que os governos de direita, desde há 39 anos, realizaram contra o país e o povo. Contra isso iremos agir e contra isso votaremos, para libertar Portugal do jugo que nos quiseram e querem continuar a impor.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção ACR

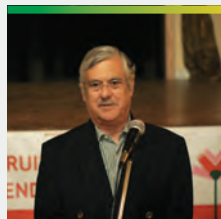
PAGUE A SUA QUOTA!



Associação Conquistas da Revolução

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA **NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6**
ou DEPÓSITO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS **2178 0002 9245 630**

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação.



Os Mitos Urbanos

Eis o mercado, a entidade onisciente e onipotente que rege o mundo que não foi eleita pelo povo, que não é controlada pelo povo, que não procura o bem do povo, aos pés da qual o 1º Ministro, fiel intérprete do neo-liberalismo, com um temor reverencial, se coloca em postura de oração, rasteja suspira e mente as vezes que forem precisas para obter as suas boas graças.

Eis o Governo Português, o bom aluno, o fiel intérprete da doutrina e exemplo para outros mais reivindicativos.

Eis uns governantes que ensaiam a pose da seriedade mas que convivem com a corrupção, com a hipocrisia e com a falta de ética.

Eis um governo que faz todo o possível para promover a difusão do medo, que é um dos meios mais eficazes de eliminar no povo a vontade de resistir, ou seja de retirar das ruas as lutas de massas.

Eis um governo que decreta a austeridade sem cuidar de contrapartidas sociais, económicas e culturais.

Eis um governo que se diz uma pessoa de bem, mas que continua a viver da propaganda com total impunidade e irresponsabilidade.

Eis um governo de mágicos que transforma a mentira em mitos urbanos.

Eis um 1º Ministro que na campanha eleitoral prometeu não aumentar os impostos,

mas que asfixiou os portugueses golpeando fortemente a classe média.

Eis um governo que ao ir para além da Troika, empobreceu os portugueses, destruiu milhares de empresas e postos de trabalho. Eis um governo que diz estar no bom caminho mas que é responsável por haver cada vez mais crianças com fome e carenciados sem subsídios.

Eis um governo que diz que o pior já passou, mas que anuncia o corte de 600 milhões de euros nas pensões, que não controla a subida da dívida externa e que fomenta ordenados baixos e condições de trabalho ilegais (exploração).

Eis um governo cujas Forças Armadas cumprem tarefas fora do território nacional, violando sistematicamente o artigo 7º da Constituição da República.

Mas não é este o Portugal que queremos construir. No país que o nosso povo com o seu sacrifício nos exige, não há lugar para a opressão. Para a mentira.

Para que não se morra na defesa de interesses que não sejam os nossos. Não permitiremos.

Queremos respeito pelos nossos cidadãos. Solidariedade, fraternidade e responsabilidade pelos mais carenciados.

Queremos quebrar com as alternâncias, queremos ser uma alternativa.

Juventude trabalhadora exige mudança de política.

Somos jovens e exigimos futuro no nosso país!

A juventude trabalhadora sabe que com esta política de exploração e empobrecimento as suas vidas não têm futuro.

Somos jovens e exigimos futuro no nosso país! Não caímos na conversa fácil que “temos todos de apertar o cinto” ou que “não há dinheiro para aumentar salários”. Só nos últimos 3 anos foram roubados 17 mil milhões de euros aos trabalhadores, dinheiro este que foi transferido directamente para a banca e para os grupos económicos. Para os beneficiários e cúmplices da política de direita de PS/PSD/CDS como Belmiro de Azevedo, Américo Amorim, Soares dos Santos, de entre outros, que, com a crise, ou melhor, à conta dela, viram os lucros e as suas fortunas aumentarem em milhões e milhões de euros.

Enquanto isso, as opções políticas dos sucessivos governos, levaram à emigração forçada de milhares de jovens; mais de 1 milhão e 200 mil trabalhadores em situação de desemprego, dos quais 34% são jovens e dos quais 64,5% são desempregados de longa duração; mais de 1 milhão e 200 mil de trabalhadores com vínculos precários, dos quais 580.400 trabalhadores a recibos

verdes, na sua maioria falsos recibos verdes. Para além deste desastre consentido e potenciado pelo governo no sector privado, com as várias alterações à lei laboral, é o próprio Estado que promove a precariedade com medidas públicas que designa “de combate ao desemprego” mas que acrescentam mais precariedade e mais exploração.

São milhares os trabalhadores em Contratos Emprego Inserção (CEI) que asseguram o funcionamento dos serviços públicos.

Uma opção de classe assente na desvalorização do trabalho com direitos e na generalização da precariedade, através da redução dos custos do trabalho, conduzindo inevitavelmente ao agravamento do desemprego. Uma política de destruição das Funções Sociais do Estado com vista à feroz privatização do que é património de todos.

Esta é a realidade dura e crua. Trinta e nove anos depois da Revolução do 25 de Abril, com a direita a governar vale tudo: sucessivos anos a roubar direitos a quem trabalha, a empobrecer e a alastrar a fome, a degradar os serviços públicos.

Trinta e nove anos a colocar em causa a democracia, a soberania, o futuro das pessoas e do país.



Uma realidade que os jovens não aceitam e que não vai ao encontro das suas aspirações. Não aceitamos que nos imponham viver num país condenado à injustiça, ao desemprego, à insegurança e à miséria. Por isso, reforçamos a luta nos locais de trabalho consciencializando os jovens para a importância da sindicalização e da luta organizada; para a importância de se exercerem os direitos, principalmente o direito da participação democrática, de sermos vozes activas nos locais de trabalho. Em 2014 foram mais de três mil jovens que se sindicalizaram. São jovens que não se resignam e dizem basta a esta política.

Somos jovens e exigimos trabalho, salários, estabilidade e direitos.

Reforçamos a luta por trabalho com direitos. Queremos estabilidade. Afirmamos que a um posto de trabalho permanente tem

de corresponder um vínculo de trabalho efectivo. Sabemos que quem luta, conquista. A intervenção dos sindicatos da CGTP-IN tem conseguido a passagem de trabalhadores com vínculos precários aos quadros de efectivos. São vários os exemplos como na Bosh, Delphi, Sonae, Lidl e tantas outras empresas.

Temos o direito a viver e a ter uma vida digna! Reforçamos a luta pelo aumento dos salários, pois queremos viver e não apenas sobreviver. Queremos salários que nos permitam fazer face às exigências da vida. Queremos direitos sociais e laborais efectivados. Exigimos que se cumpra a Constituição! Queremos trabalhar, viver e ser felizes, com direitos, no nosso país! Queremos o que é nosso!

A resistência e a luta podem contar com os jovens trabalhadores. Sentimos na pele as consequências, mas não nos resignamos. Urge mudar de política.

Há alternativa! O aumento dos salários, da produção nacional, o fim da precariedade, da exploração e das desigualdades.

Exigimos futuro no nosso país! Exigimos medidas que vão ao encontro dos jovens! Temos direito a um futuro melhor e Portugal tem futuro!

Filipa Costa

Coordenadora da Interjovem- CGTP-IN

PRÓXIMAS INICIATIVAS - NOVEMBRO 2015:

| **ALMADA** - Iniciativa sobre *Descolonização* com a participação de militares e civis que estiveram envolvidos nesta *Conquista da Revolução*.

| **SETÚBAL** - Evocação de Michel Giacometti.

ACTIVIDADES RECIENTES:

| 11 JUNHO 2015 - LISBOA Cemitério do **Alto de S. João**. Romagem do 10º aniversário do falecimento do General Vasco Gonçalves.



| 19 JUNHO 2015 - BARREIRO

Assinalámos o 40º aniversario da Nacionalizacao da CUF, no Barreiro.

| 21 JUNHO 2015 - 11h00 PEROGUARDA

Evocação de Michel Giacometti.



| 10 e 11 JUNHO 2015 - BRUXELAS

A convite da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, com quem mantemos permanente contacto solidário, a ACR participou na Cimeira dos Povos da Europa, que se realizou em paralelo com a Cimeira dos Líderes da União Europeia (U.E.) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC), em Bruxelas.



| 5 JULHO 2015 - LISBOA

A Associação participou nas iniciativas comemorativas do 204º Aniversário da Independência da Venezuela, promovidas pela Embaixada.





40 anos da Constituição de Abril

O primeiro acto eleitoral livre em Portugal, depois de 48 anos de Ditadura, realizou-se em 25 de Abril de 1975. Foi eleita uma Assembleia Constituinte, que elaborou a Constituição que veio a ser promulgada pelo Presidente da República, General Francisco da Costa Gomes, em 2 de Abril de 1976. O MFA deu assim cumprimento ao compromisso assumido perante o povo português. A direita inconformada com o rumo da Revolução de Abril tentou, mais de uma vez, impedir a eleição democrática de uma assembleia constituinte. Assim aconteceu com uma proposta apresentada no Governo de Palma Carlos, logo em Julho de 74, que determinava o seu adiamento, mas que não passou no próprio Governo e no Conselho de Estado; a Proclamação que Spínola deveria ler ao País, se o golpe de 11 de Março tivesse sido vitorioso, ordenava o Estado de Sítio, e preconizava um referendo sobre projectos de Constituição a elaborar por “partidos políticos autorizados”. Não foi isso que aconteceu, graças ao MFA e ao movimento popular.

A cruzada contra-revolucionária e a violência terrorista, que abalaram o País no “verão quente”, não conseguiram impedir que os mais importantes direitos políticos, económicos, sociais e culturais fossem consagrados no texto constitucional.

A Constituição da República, apesar das Revisões a que foi sujeita desde 1982 e

que alteraram a matriz inicial, preserva muitas das conquistas alcançadas, e constitui um pilar do Estado de direito democrático. Representa hoje uma fronteira da democracia que urge defender, quando se anunciam novas investidas para forçar uma nova revisão, que anularia o que de mais progressista contém no domínio das funções sociais do Estado e dos direitos laborais.

O **Núcleo do Porto da Associação Conquistas da Revolução**, decidiu assinalar o 40º aniversário da Constituição com um programa de quatro sessões públicas.

Realizaram-se já as duas primeiras:

- em 28 de Março, na Associação de Moradores da Bouça, com o arquitecto António Madureira e o engenheiro Baptista Alves: *“Direito à Habitação – intervenção participada na cidade SAAL/CRUARB”*;
 - em 9 de Junho, no espaço cultural Atmosfera M, com os jornalistas Alfredo Maia e Pedro Tadeu, e o investigador Rui Pereira: *“O direito à informação na Constituição da República e o quadro actual”*.
- As duas seguintes, a realizar em Novembro e Dezembro, terão como temas os direitos laborais e a defesa das liberdades.

Jorge Sarabando

Associado e Coordenador do Núcleo do Porto da ACR

Quão Militares, Quão Funcionários?

Estarão a sociedade portuguesa em geral e a instituição militar em particular preparados para se abrirem à necessária discussão para a qual as medidas de sucessivos governos, especialmente o actual, têm estado a conduzir os militares no seu todo, com especial incidência no seu vínculo e características profissionais?

A obstinação (que alguns consideram incompetência mas que tem tudo a ver com uma questão ideológica bem definida) com que o governo vem implementando no mundo militar um número cada vez maior de normas que se aplicam ao regime da função pública descaracteriza uma instituição velha de séculos que tem sido o garante da soberania e independência de Portugal enquanto Estado Nação, para além de ainda continuar a ser o melhor embaixador da imagem de Portugal no exterior.

Perante estas atitudes do governo cabe colocar a questão: quão militares ou quão funcionários os querem?

Quando à revelia das exigências, restrições, deveres e especiais direitos inerentes à Condição Militar se aplicam aos

militares as normas vigentes no regime da função pública está o governo a laborar no sentido da profunda descaracterização dos militares enquanto tal. Quando, por mero exemplo, a um(a) militar que se encontre a prestar apoio familiar se deixa de pagar a remuneração caracterizadora do seu vínculo (Vencimento Base + Suplemento da Condição Militar) e se exige que, em sua substituição, o(a) mesmo(a) requeira receber um subsídio da Segurança Social, em que situação fica o seu verdadeiro vínculo à Condição Militar? Será que durante este lapso de tempo aquele(a) cidadão(ã) não é considerado(a) militar? Poderá sindicalizar-se? Poderá fazer greve? Poderá participar em actividades partidárias ou sindicais?

Se é este o caminho que se pretende prosseguir, levando os militares a uma situação cada vez mais próxima do que é a condição dos funcionários públicos com a aplicação do regime de horário de trabalho, de férias, de parentalidade, de assistência à família e de outras normas aplicáveis à função pública, então, e tomando como referência os tantas vezes aludidos “parceiros europeus” como por exemplo a



Dinamarca, a Holanda, a Bélgica, a Polónia, a Suécia, a Finlândia ou muitos outros, haja a coragem de abrir a discussão à eventual existência de sindicatos no seio dos militares, como sucede nos exemplos referidos, sem que por isso os seus militares tenham desempenhos menos valorosos.

É um caminho e uma discussão que certamente encontrarão muitas dificuldades e mesmo incompreensão na mente de muitos militares, particularmente dos mais antigos, formados num espírito decorrente do Estatuto da Condição Militar ainda

em vigor. Mas, ao contrário, encontrarão eventual compreensão e abertura no seio dos militares mais jovens cuja formação cívica e académica e a sua própria inserção na sociedade tornam mais fácil o entendimento de uma realidade com estas características.

Seguramente que o MDN e os chefes militares manifestarão a sua oposição ou não verão com validade tal discussão. O facto é que as medidas adoptadas pelo governo, sempre com a participação e a concordância dos chefes militares, como repete até à exaustão o MDN, é para este caminho que inevitavelmente conduzem o futuro...não muito distante, por muito chocante, absurdo, estranho e diferente que possa parecer hoje!

Há universos profissionais em que não é possível ter “Sol na eira e chuva no nabal”!

António Lima Coelho
Sargento-Mor





A Estratégia imperialista de domínio total do planeta, protagonizada pelos EUA secundados por uma União Europeia governada por um conjunto de vassalos arregimentados pelos grandes senhores do dinheiro (Club Bilderberg), vai com inexorável firmeza prosseguindo o seu caminho:

O cerco à Federação Russa através da aplicação de sanções económicas e do reforço das posições militares nos países limítrofes, em particular com a instalação do escudo anti-míssil;

A intensificação da guerra na Ucrânia, colocando a Europa, ainda mal refeita da barbárie NAZI durante a II Guerra Mundial, em apoio de golpistas neonazis;

NOTA: Esta verdadeira traição à memória das vítimas de tão hediondos crimes, assume no país de Abril cuja Constituição claramente proíbe a existência de organizações que perfilhem a ideologia fascista (Artº 46º), particular perplexidade. Tanto mais quanto os protagonistas responsáveis por este seguidismo subserviente, são governantes, deputados europeus, do PSD, do CDS e do PS.

Na Grécia, uma Europa incapaz de definir um rumo próprio e autónomo, avança descaradamente contra um Governo, democraticamente eleito, decidido a cumprir o seu programa fazendo frente às ameaças do BCE e do FMI. De forma indecorosa, recorrendo ao medo e à chantagem, responsáveis europeus, sempre secundados por um coro de lacaios nos “media” europeus e nacionais, tentaram evitar a todo o custo a afirmação de dignidade, independência e apego à democracia que o povo Grego ofereceu ao Mundo no passado dia 5 de Julho.

Mas não nos iludamos: a RAPINA como marca genética do capitalismo internacional dominante, tentará impor-se por qualquer dos meios ao seu alcance.

Uma certeza temos, quaisquer que sejam os desenvolvimentos próximos futuros: a afirmação democrática e patriótica dos povos europeus, exigindo o respeito pelas suas decisões soberanas, em pé de igualdade com todos os outros, é o único caminho para a construção de uma Europa de Paz e de Progresso.



Associação Conquistas da Revolução

É oportuno lembrar que de 28 de Setembro a 04 de Outubro vai decorrer, na entrada do Mediterrâneo, o exercício NATO denominado “Tridente Juncture”, com a participação de militares portugueses, envolvendo um total de 25.000 a 30.000 militares, sendo o maior exercício efectuado nos últimos 30 anos.

NOTA: As eleições legislativas em Portugal e, provavelmente no Estado Espanhol, assim como as regionais na Catalunha, vão decorrer neste período.

Concluindo: os estrategas americanos, através da NATO, arrastam os Estados europeus para um envolvimento crescente na ameaça à Federação Russa, com o objectivo claro de forçar uma nova corrida aos armamentos que naturalmente muito ajudará na tentativa de superar a crise global do capitalismo, por um lado, e por outro, lhes permitirá ganharem novo folgo (o medo guarda a vinha) para a manutenção dos seus interesses e domínios, com a necessária impunidade para as acções de pressão, intromissão e agressão aos povos que ousem afirmar os seus direitos soberanos.

Apoiados na maior “máquina de guerra” que alguma vez existiu, não hesitam em por em perigo a sobrevivência da Humanidade para atingirem os seus objectivos de domínio universal.

NOTA FINAL: *Como aceitar o crescente envolvimento das Forças Armadas Portuguesas na NATO? Não juraram todos os decisores, militares e civis, os de agora e os que os precederam, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa? No seu Artº 7º nº2 a CRP, uma Conquista da nossa Revolução, estabelece: “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, pela dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectivo, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”*

José Baptista Alves
Vice-Presidente da Direcção da ACR

Por Abril! É hora de mudar de Governo e de Política.



As eleições legislativas estão aí e constituem uma oportunidade soberana para que todos, os portugueses que defendem a sua dignidade e a do país, possam contribuir para uma profunda mudança que coloque Portugal no caminho dos valores de Abril. Contrariamente ao que a intoxicação dos meios de comunicação social dominantes pretendem fazer crer, estas eleições não são para eleger directamente nem o governo nem o 1º Ministro mas sim para eleger os 230 deputados que irão constituir a nova Assembleia da República.

Será a composição desta e a relação de forças que nela existir que determinará quem irá formar governo e aprovará o seu programa político. Portanto, nestas eleições, os trabalhadores e o povo português, na senda da luta e da acção convergente que têm vindo a travar, vão ser chamados a fazerem, através do voto, o julgamento das forças políticas que, estando em maioria na A.R., foram responsáveis pelas políticas de desastre nos últimos 4 anos mas também aquelas que nos últimos 39 anos, em sucessivos governos, sozinhas ou em alianças, desenvolveram políticas contrárias ao espírito e à letra da Constituição da República e que conduziram o país ao actual declínio político, económico, social e cultural.

Na verdade, as políticas seguidas, agravadas com o pacto das troikas nacional e estrangeira, conduziram Portugal e o povo português ao empobrecimento e à perda de direitos duramente conquistados, num quadro de intolerável retrocesso social e civilizacional. Arrastaram o país para uma dependência crescente e hipotecaram as suas possibilidades de crescimento. Avolumaram as injustiças e desigualdades. Estrangularam o presente, comprometendo o futuro das jovens gerações.

É neste contexto que é chegada a hora de se apurarem as causas e os responsáveis pela situação a que chegámos e, associando a luta ao voto, penalizar as forças políticas que devem ser castigadas e premiar aquelas que, pela sua coerência e honestidade, tem dado provas de poder contribuir para uma alternativa política e uma política alternativa que respeite os valores de Abril e a Constituição da República Portuguesa.

É hora de os trabalhadores e outras camadas da população, os democratas e patriotas, vencerem a resignação e o fatalismo e demonstrarem, com o seu voto, que Portugal tem futuro, tem recursos e capacidades para se afirmar como nação soberana e desenvolvida.

ABRIL VENCERÁ!

José Ernesto Cartaxo

Associado da ACR e Sindicalista

Associação Conquistas da Revolução

DEPÓSITO LEGAL 360191/13

*Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves*

*E-mail: conquistasdarevolucao@gmail.com
www.conquistasdarevolucao.blogspot.com*